

MUNICÍPIO DE ALMADA CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL N.º 467 / 2021

Eu, **ELSA MARIA ALVES CORREIA HENRIQUES**, no uso dos poderes que me foram delegados pela Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, através do seu despacho n.º 14/2021-2025, de 29 de outubro de 2021, **torno público** o Despacho n.º 36/2021-2025 da Sra. Presidente da Câmara Municipal de Almada, de 17 de dezembro do corrente ano:

"Considerando a vacatura do cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor do Departamento Jurídico (DJ), a 1 de novembro de 2021.

Considerando que importa assegurar o regular funcionamento, coordenação e direção da unidade orgânica em causa, de modo a garantir a prossecução integral das suas atribuições, competências e responsabilidades que lhe estão cometidas.

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente) aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptado à administração local, pelo Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais aprovado pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar.

Considerando a nota curricular anexa ao presente Despacho, da licenciada Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira, Técnica Superior Jurista do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, demonstrativa da competência técnica, da aptidão, da experiência profissional e da formação adequadas ao exercício do cargo, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Em face do exposto, e verificando-se todos os requisitos legais, previstos nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo em regime de substituição, para o exercício do cargo de direção intermédia de 1.º grau — Diretora do Departamento Jurídico (DJ), da Câmara Municipal de Almada, a licenciada Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal."

E para constar se passou o presente Edital e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares de estilo.

Almada, 23 de dezembro de 2021

A Secretária Geral,

(em regime de substituição – Deliberação de Câmara n.º 121-2020 (GP), de 02/03)

Edital nº 467/2021 - 1/3



MUNICÍPIO DE ALMADA CÂMARA MUNICIPAL

Nota Curricular

1 - Dados Pessoais

Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira.

2 - Habilitações literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica, concluída em 2001;

Mestrado em Direito e Prática Jurídica, Especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, concluído em 2019;

Pós-Graduação em "O Direito das Autarquias Locais", pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2006;

Pós-Graduação em "A Nova Justiça Administrativa", pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2005;

Conclusão do XIII Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública, ministrado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2021;

Especialização em Igualdade de Género - Curso de Formação Profissional de Formação de Públicos Estratégicos para Obtenção da Especialização em Igualdade de Género, ministrado pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, em 2021;

Especialização em Contratação Pública nas Autarquias Locais, nível 5, ministrada pelo CEFA- Centro de Estudos e Formação Autárquica em 2013.

3 - Experiência Profissional

Desde janeiro de 2018: exerceu o cargo de coordenadora do Gabinete de Contratação da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM. SA;

1

....



MUNICÍPIO DE ALMADA CÂMARA MUNICIPAL

De 2016 a 2018 prestou Assessoria Jurídica e apoio direto ao Conselho de Administração da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM. SA;

De 2014 a 2018 prestou Assessoria Jurídica no Gabinete do Vereador com os Pelouros das Obras, dos Sistemas de Informação e do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa;

De 2012 a 2014 prestou assessoria Jurídica na Direção Municipal de Projetos e Obras da Câmara Municipal de Lisboa;

De 2003 a 2012 foi prestadora de serviços e, posteriormente, técnica superior Jurista no Departamento de Construção e Conservação de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa;

De 2001 a 2003 realizou estágio profissional na Sociedade de Advogados "Carlos Alberto Fernandes e Fernando Marques da Silva & Associados, tendo exercido advocacia após agregação.





DESPACHO N.º 36/2021-2025

Considerando a vacatura do cargo de direção intermédia de 1.º grau, Diretor do Departamento Jurídico (DJ), a 1 de novembro de 2021.

Considerando que importa assegurar o regular funcionamento, coordenação e direção da unidade orgânica em causa, de modo a garantir a prossecução integral das suas atribuições, competências e responsabilidades que lhe estão cometidas.

Considerando que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º do Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado (Estatuto do Pessoal Dirigente) aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação atual, adaptado à administração local, pelo Estatuto do Pessoal Dirigente das Câmaras Municipais aprovado pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, na redação atual, os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição no caso de vacatura do lugar.

Considerando a nota curricular anexa ao presente Despacho, da licenciada Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira, Técnica Superior Jurista do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Lisboa, demonstrativa da competência técnica, da aptidão, da experiência profissional e da formação adequadas ao exercício do cargo, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 20.º da citada Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro.

Em face do exposto, e verificando-se todos os requisitos legais, previstos nos termos do n.º 1 e 2 do artigo 27.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, designo em regime de substituição, para o exercício do cargo de direção intermédia de 1.º grau — Diretora do Departamento Jurídico (DJ), da Câmara Municipal de Almada, a licenciada Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira, com efeitos a 1 de janeiro de 2022.

Autorizo, nos termos do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, que a ora nomeada possa optar, querendo, pelo vencimento ou retribuição base da sua categoria de origem, respeitados os limites remuneratórios estabelecidos neste preceito legal.



Publique-se nos termos e para os efeitos do previsto no n.º 11 do artigo 21.º, do supra citado, Estatuto do Pessoal Dirigente.

Almada, aos 17 de dezembro de 2021.

A Presidente da Câmara Municipal de Almada,

Inês de Medeiros

Nota Curricular

1 - Dados Pessoais

Carina Heloísa Gonçalves Cunha da Cruz Vieira, nascida a 20 de outubro de 1977.

2 – Habilitações literárias

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Católica, concluída em 2001; Mestrado em Direito e Prática Jurídica, Especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública, concluído em 2019;

Pós-Graduação em "O Direito das Autarquias Locais", pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2006;

Pós-Graduação em "A Nova Justiça Administrativa", pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2005;

Conclusão do XIII Curso de Pós-Graduação em Contratação Pública, ministrado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação (CEDIPRE), da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2021;

Especialização em Igualdade de Género - Curso de Formação Profissional de Formação de Públicos Estratégicos para Obtenção da Especialização em Igualdade de Género, ministrado pela APEE – Associação Portuguesa de Ética Empresarial, em 2021;





Especialização em Contratação Pública nas Autarquias Locais, nível 5, ministrada pelo CEFA-Centro de Estudos e Formação Autárquica em 2013.

3 - Experiência Profissional

Desde janeiro de 2018: exerceu o cargo de coordenadora do Gabinete de Contratação da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM. SA;

De 2016 a 2018 prestou Assessoria Jurídica e apoio direto ao Conselho de Administração da GEBALIS – Gestão do Arrendamento da Habitação Municipal de Lisboa, EM. SA;

De 2014 a 2018 prestou Assessoria Jurídica no Gabinete do Vereador com os Pelouros das Obras, dos Sistemas de Informação e do Desporto da Câmara Municipal de Lisboa;

De 2012 a 2014 prestou assessoria Jurídica na Direcção Municipal de Projetos e Obras da Câmara Municipal de Lisboa;

De 2003 a 2012 foi prestadora de serviços e, posteriormente, técnica superior Jurista no Departamento de Construção e Conservação de Habitação da Câmara Municipal de Lisboa; De 2001 a 2003 realizou estágio profissional na Sociedade de Advogados "Carlos Alberto Fernandes e Fernando Marques da Silva & Associados, tendo exercido advocacia após agregação.

